

Captura Crítica

LENIN: DA NECESSIDADE À AÇÃO. ESTADO, PARTIDO E REVOLUÇÃO

LENIN: FROM NEED TO ACTION. STATE, PARTY AND REVOLUTION

Marlon de Oliveira Xavier¹

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: marlon.xavier.arquivo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0117-2878>.

Artigo recebido em 22/10/2021.

Aceito em 20/07/2022.

Captura Crítica, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 184-202, 2021.

ISBN: 1984-6096

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, bacharel em Direito pela mesma instituição (2019); membro do grupo de formação política Campo, Cidade e Revolução; membro do grupo de estudos em Sociologia do Direito (Sociodir/UFSC), vinculado ao Instituto de Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC); membro do Grupo de Pesquisa em Direito e Marxismo na América Latina (GPD MAL/UFF); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL/UFSC).



LENIN: DA NECESSIDADE À AÇÃO. ESTADO, PARTIDO E REVOLUÇÃO

LENIN: FROM NEED TO ACTION. STATE, PARTY AND REVOLUTION

Resumo: Vladimir Ilitch Lenin, o homem prático do comunismo, atuou intensamente no movimento revolucionário russo e nos legou uma competente teoria para pensar a formação e a organização de um partido revolucionário, o Estado e seu papel, tanto na opressão dos trabalhadores quanto como instrumento revolucionário, e a revolução, a forma de compreender o momento histórico e atuar ativamente na sua construção. Partindo da unidade entre a vida e a obra de Lenin, o momento histórico e sua especificidade, apresentamos neste trabalho algumas de suas concepções mais importantes quanto ao partido, ao Estado e ao movimento revolucionário, apontando, a partir das críticas levantadas contra seu legado, a historicidade e constante necessidade de revisão ao se incorporar a teoria leninista na militância política brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Lenin; Partido; Estado; Política; Revolução.

Abstract: Vladimir Ilitch Lenin, the practical man of communism, worked intensely in the Russian revolutionary movement and bequeathed us a competent theory to think the formation and organization of a revolutionary party, the state and its role as a mechanism of oppression of workers and as a revolutionary instrument, and the revolution, the way to understand the historical moment and actively act in its construction. Starting from the unity between Lenin's life and work, the historical moment and its specificity, we present in this work some of his most important conceptions regarding the party, the State and the revolutionary movement, pointing out from the criticisms raised against his legacy the historicity and constant need for revision when incorporating Leninist theory into contemporary Brazilian political militancy.

Keywords: Lenin; Party; State; Politics; Revolution.

1 Introdução

Lenin é, definitivamente, um dos maiores - senão o maior - símbolo comunista mundial. Ao lado de Fidel Castro e Ho Chi Minh, bem como outros revolucionários vitoriosos, é considerado o homem prático do comunismo, um verdadeiro intelectual orgânico, e seus ensinamentos sobre a militância e a organização política, em suma, estratégia e tática, ecoam na história e ainda exercem influência na forma de atuação de alguns partidos políticos e organizações militantes, principalmente naqueles com princípios revolucionários. Apesar de mais de um século separar a Revolução Russa de nossos dias, conhecer e saber incorporar o que há de útil e perene na obra de Lenin é essencial para identificar os perigos da política burguesa e construir um partido político com capacidade de inferir nos caminhos da luta de classes.

A vida e a obra de Vladimir Ilitch Lenin se confundem. Seus escritos teóricos e políticos se inserem no debate pelo direcionamento do partido e da própria revolução. Lenin foi um

estudioso, um escritor, um advogado e um jornalista, mas também um político e um estadista. De fato, a história de Lenin é a história do processo revolucionário na Rússia ou, nas palavras de Moniz Bandeira, a “Revolução Russa foi toda a vida e maior obra de Lenin” (BANDEIRA, 2017, p. 15).

Buscando debater alguns dos elementos de maior importância na obra de Lenin, principalmente no que tange à tomada do poder do Estado e aos princípios de análise do momento político, este trabalho pretende inferir o caráter histórico das concepções leninistas, dialogando diretamente com seus críticos, José Paulo Netto, quanto ao livro *O Estado e a Revolução*, e Alberto Guerreiro Ramos - paradigma da sociologia brasileira - quanto aos princípios políticos.

Assim, pretendemos apresentar e debater a concepção de partido, de centralismo democrático, de vanguarda e sua atuação sobre as massas. Ao mesmo tempo, pretende-se analisar os conceitos, desenvolvidos por Guerreiro Ramos, de situação revolucionária, de revolução, de circulação das elites, de marxismo-leninismo, de revisionismo e do homem-parentético, relacionando com as atitudes e escolhas de Lenin frente à turbulência da transição. A reconstrução desse debate servirá para melhor constituição e localização dos problemas enfrentados por Lenin e sua atuação.

Reuniremos as questões em três blocos, sobre o partido, sobre o Estado e sobre a revolução. Essa separação é somente para fins de análise, pois os três elementos estão interligados: a *revolução* é a tomada do poder de *Estado*, que só pode acontecer sob a liderança de um *partido* revolucionário. Apesar de vasta, esses três elementos são tratados por Lenin em algumas obras específicas, como *Que Fazer?*, *Carta a um Camarada*, *O Estado e a Revolução* e as *Teses de Abril*.

2 Partido

A Rússia czarista pré 1905 era uma autocracia feudal com imensa força de repressão. Todo movimento minimamente organizado corria o risco de ser desmantelado à força e seus membros, se fossem presos, poderiam ser fuzilados. Mesmo assim, o proletariado nascente² se reunia em organizações esparsas para realizar a luta econômica, ou seja, a luta por direitos e condições de trabalho. Eram sindicatos que incorporavam a tradição tradeunionista mas que

² O processo de industrialização russo se deu no mesmo período do brasileiro, a partir do final do século XIX. O atraso em relação aos demais países europeus era evidente.

careciam de força e de perenidade, além de pôr em risco os próprios membros. Enfrentando, portanto, as necessidades do movimento nascente, Lenin retomou e desenvolveu a teoria do partido, com a intenção de construir uma organização revolucionária que pudesse dar conta do momento histórico e ajudar o proletariado a cumprir sua função.

Para explicitar suas posições, Lenin escreve *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, em 1902. Nele, enfrenta os economistas, “que pretendiam manter a luta apenas no nível das reivindicações sindicais”, e os defensores da liberdade de crítica, liderados por Bernstein, que procurava questionar o princípio da luta de classes dentro do partido³. Para Lenin, tratava-se de evidente revisionismo, deixando de lado os objetivos históricos da classe em prol de alianças pragmáticas e modestas vitórias políticas, o que ensejaria “introduzir no socialismo ideias burguesas e elementos burgueses” (LENIN, 2015, p. 51)⁴. A liberdade requerida por Bernstein seria a própria descaracterização da social-democracia, pautando a atenuação das contradições sociais.⁵

Lenin defendeu o princípio da luta de classes, afirmando ser tarefa indispensável do partido “revelar aos operários o antagonismo inconciliável entre seus interesses e os da burguesia” (Ibidem, p. 62), ou seja, realizar a mediação entre os interesses mais imediatos e as contradições históricas da luta de classes⁶. Daí a importância da teoria revolucionária para haver movimento revolucionário, pois é necessário ter domínio da ciência do proletariado, o materialismo histórico, para compreender as tendências históricas do capitalismo e as oportunidades e os limites da ação. Não se pode permitir o clima nebuloso, a incompreensão, por parte dos trabalhadores, das verdadeiras forças que os subjagam. É objetivo do partido, portanto, a consciência dos operários em geral, e essa consciência “se encarna e se materializa no partido, na organização de combate” (BANDEIRA, 2017, p. 52). Assumem importância central, na teoria do partido de Lenin, a teoria e a consciência revolucionárias.

Devido às próprias condições do proletariado russo, era necessário evitar a fragmentação da luta política e a repressão do Estado. De um lado, a superação do trabalho disperso e sem conexão “exigia a criação de um partido centralizado, imprimindo à própria luta

³ Contra Bernstein, Rosa Luxemburgo diz: Não tolerarei que quebrem a coluna vertebral da social-democracia, que substituam seu princípio: a luta de classes contra as classes proprietárias e contra o poder do estado, por uma tática aleijada e pela perseguição exclusiva de objetivos chamados práticos”.

⁴ Estes acreditavam em certo determinismo histórico, na impossibilidade do fim da exploração pela revolução, de modo que o partido deveria lutar por ganhos imediatos, escondendo o embate definitivo entre os exploradores e explorados.

⁵ A concepção leninista vence, mas gera a ruptura do partido em mencheviques e bolcheviques.

⁶ Derivada da oposição entre exploradores e explorados, entre os detentores dos meios de produção e do controle político e os produtores alienados dos meios de vida e da participação política.

econômica um caráter político” (Ibidem, p. 53) e dando estabilidade e segurança ao movimento como um todo; de outro, a fim de evitar a repressão dos revolucionários e não expor os trabalhadores à violência policial, era necessária a formação de uma vanguarda, composta por revolucionários profissionais, para atuar conspirativamente na clandestinidade. “A luta contra a autocracia, contra a polícia política e social, requeria pessoas que tivessem como profissão a atividade revolucionária” (Ibidem, p. 59).

A centralização era requerida para evitar o autonomismo e ter um direcionamento – ideológico e prático – do movimento. Além disso, somente com uma organização estável de dirigentes é possível assegurar a continuidade do partido⁷. A participação democrática, por outro lado, indicava que todo e qualquer um poderia se formar um militante, não devendo haver distinção entre o operário e o intelectual. O partido, assim, centralizava a organização dos operários e ao mesmo tempo realizava a agitação política: a denúncia política em todos os terrenos. A consciência política e a atividade revolucionária das massas não podem se estruturar senão à base dessas denúncias pois, questionava Lenin, “não é evidente que consiste na educação política dos operários, em pôr perante eles a nu *todos* os aspectos do nosso infame regime autocrático?” (LENIN, 1986, p. 144).

Assim, defendeu que “o jornal pode e deve ser o dirigente ideológico do partido, desenvolvendo as verdades teóricas, as situações táticas, as ideias organizacionais gerais, as tarefas gerais de todo o partido”, enquanto o dever essencial do partido era “ajudar todo operário que se distinga pelas suas capacidades a tornar-se agitador, organizador, propagandista, divulgador, etc., etc., *profissional* (Idem, 2015, p. 193)⁸. A rede de correspondentes manteria o fluxo de informações e de denúncias políticas, e o jornal asseguraria sua difusão, produzindo a formação política e da consciência de classe dos trabalhadores.

Quando da Revolução de Outubro e a vitória na Guerra Civil, o Partido Comunista assumiu a liderança do novo governo e do poder de Estado. Deu início ao processo de reformular o necessário e extinguir o possível do aparato de Estado. Tornou-se, de fato, o próprio Estado, de modo que há uma mudança qualitativa no partido: saiu da clandestinidade, englobou os soviets e integrou praticamente toda a massa trabalhadora. Stálin, por outro lado, defendia que o partido era a própria classe trabalhadora, esboçando o início da degeneração do

⁷ Um ataque direto das forças policiais sobre um partido público sem dirigentes destacados poderia significar a sua total aniquilação e perda do acúmulo, tanto de forças, quanto teórico e organizacional.

⁸ Sobre a atuação e a importância do papel do agitador, ver ESTEVAM, COSTA E VILLA BÔAS, 2015. Ver também os filmes de Sergei Eisenstein, com destaque a Encouraçado Potemkin, e de Glauber Rocha, em especial Barravento.

partido Bolchevique e da Revolução. O partido deixa de possuir seu caráter momentâneo histórico para se apresentar como universal. Daí para Stálin proclamar ser ele mesmo o partido foram poucos anos⁹.

A teoria do partido de Lenin, e o que ela se tornou após sua morte, foram duramente criticadas, tanto por marxistas da época, como Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, quanto mais recentemente. Alberto Guerreiro Ramos (2016, p. 60) aponta que o problema principal, momento de maior ruptura e oposição às concepções de Karl Marx e Friedrich Engels, diz respeito à espontaneidade do movimento. Nesse caso, há duas questões relacionadas: a do voluntarismo e do espontaneísmo propriamente dito.

O voluntarismo é a concepção de que é possível promover a revolução por força da vontade das massas, independentemente das condições históricas objetivas. A ela se junta o imediatismo, compondo, em grande parte, a política anarquista do período, centralizada nas concepções de Bakunin. O voluntarismo eleva a único condicionante revolucionário o elemento subjetivo, de modo que, por diversas vezes, recaíam no terrorismo e em ações isoladas típicas do autonomismo. Ao não vincular a ação das massas a um direcionamento político - e até histórico - bem determinado, acabavam por não possuir perenidade ou se constituir numa ação organizada.

O espontaneísmo é, de modo similar, a concepção de que o socialismo e, portanto, a revolução seriam o desenrolar histórico necessário da sociedade, de modo que não haveria necessidade de atuação para tanto, bastando esperar, seja o devir histórico, seja o acordar das massas. Assim, essa concepção, também subjetivista¹⁰, colocava grande ênfase na atuação das massas e na sua capacidade de adquirir consciência autonomamente, seja através da vivência sob a exploração capitalista, seja no embate com os capitalistas. Essa visão, de acordo com Lenin, anula o papel do partido, retirando de suas capacidades até a formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Guerreiro Ramos ressalta, contudo, que a teoria do partido de Lenin é uma criação original, e não a retomada da obra marxiana. Marx teria exaltado “a espontaneidade como requisito para a autoemancipação da classe operária” (RAMOS, 2016, p. 104). Marx estaria no

⁹ Pouco se poderá falar da criação, por parte de Stálin e seus consortes, do marxismo-leninismo, uma corruptela das lições e da obra de Marx, Engels e Lenin que, hoje, seria melhor reconhecido como estalinismo. Mas é importante dizer que essa distorção foi a criadora do dogmatismo do marxismo, uma inflexão que foi reproduzida por todos os Partidos Comunistas do mundo até depois da morte de Stálin. Daí surge a concepção do socialismo em um só país e, posteriormente, o eurocomunismo.

¹⁰ Abordaremos mais à frente, mas é importante ressaltar que, para Marx, um movimento revolucionário deve levar em conta tanto o elemento objetivo - as condições materiais de crise do sistema capitalista - quanto o subjetivo - a consciência de classe.

oposto de Lenin, que acreditava na incapacidade dos movimentos operários de atingirem a consciência social espontaneamente. Tal oposição aparece também com relação ao papel dos intelectuais. Para o revolucionário russo, caberia aos intelectuais, “por doutrinação, desenvolver essa consciência na massa obreira”, enquanto para Marx o trabalho teórico era o “esforço para trazer para a esfera abstrata o que concretamente se encontrava implícito na experiência operária” (Ibidem, p. 104).

Entretanto, a contraposição indicada por Guerreiro Ramos se desdobra em outros termos. Apesar de divergirem quanto à espontaneidade das massas, ambos convergem na crítica ao voluntarismo e ao espontaneísmo como programa de partido. A espontaneidade para Marx se trata das condições de consciência dos trabalhadores adquiridas no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo¹¹. Lenin enfrentou precisamente este problema. O capitalismo na Rússia era incrivelmente atrasado e atrasado era o seu proletariado e assim, Lenin caiu nas predições de Engels em *A Guerra dos Camponeses*:

O pior que pode acontecer ao chefe de um partido avançado é ser obrigado a tomar o poder numa época em que o movimento não está maduro para o domínio da classe que ele representa e para aplicação das medidas que exige o domínio desta classe. O que ele *pode* fazer não depende de sua vontade, mas do estado a que chegou o antagonismo das diferentes classes e do grau de desenvolvimento das condições da existência material [...] O que ele *deve* fazer e o que o próprio partido exige dele não dependem dele, mas do grau de desenvolvimento da luta de classes e de suas contradições (Citado por RAMOS, 2016, p. 107).

Nesse caso, a própria concepção de partido de Marx era contradita por Lenin. O partido era entendido por Marx em seu sentido eminentemente histórico, ou seja, este não “poderia coincidir com qualquer organização episódica” (Ibidem, p. 122). Lenin era um conhecedor da obra de Marx e, ao estruturar suas próprias concepções, incorporou o que era possível e descartou o que considerava ultrapassado ou mesmo inútil para o período histórico. Lenin e o Partido Comunista Russo se achavam na posição indicada por Engels e tiveram que extrair não da teoria, mas do momento histórico que viviam, a melhor forma de desenvolver o movimento operário. Foi preciso aplicar o lema leninista: análise concreta da realidade concreta.

E aqui se centram as maiores críticas ao partido de Lenin. É certo que o partido, sob o princípio do centralismo democrático, funcionou principalmente devido à força política e abnegação de Vladimir Lenin e Leon Trotsky. Não fosse sua capacidade de liderança, de desenvolvimento teórico e amável compreensão das necessidades dos trabalhadores o partido

¹¹ O que não quer dizer que não se deva buscar desenvolver a consciência dos trabalhadores. A sua vida política demonstra muito bem isso.

não teria alcançado o êxito histórico que conseguiu. No entanto, acabou tendo de fazer certas concessões para alcançar o poder, bem como para manobrar uma massa que ainda não tinha alcançado a compreensão completa da tarefa que estava cumprindo. Essa perda de liberdade se refletiu na estrutura burocrática que acabou sendo constituída em torno do partido e do Estado¹², de modo que, ao alcançar o poder, Stálin tinha um aparato burocrático ainda mais desenvolvido que o burguês em suas mãos e legitimidade política para utilizá-lo, legitimidade esta que vinha, na verdade, de Lenin. Como afirma Ramos, “A história não pode ser substituída por uma organização partidária, senão à custa do sacrifício da liberdade, como demonstrou o stalinismo” (Ibidem, p. 123).

Segundo Guerreiro Ramos, a concepção leninista de partido e da ditadura do proletariado é antimarxista e produto da ideologia burguesa:

Marx disse: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. O partido leninista se declara uma minoria de melhores, aos quais incumbe “instruir” e “educar” a massa, a classe operária. Seu modelo é burguês. Supõe uma relação entre teoria e prática da mesma modalidade vigente numa fábrica capitalista, em que o escritório de planejamento é um órgão separado e distante dos trabalhadores, cabendo a estes cumprirem as determinações técnicas que lhe são transmitidas (RAMOS, 2016, p. 236).

Ao se propor um partido do tipo leninista no Brasil atual, deve-se levar em conta a qualidade distintiva da classe trabalhadora brasileira, seu grau de consciência e a possibilidade ou não de atuação prática das massas. No passado recente observamos a movimentação espontânea das massas que, porém, sem direção política, sem capacidade de compreensão crítica do seu próprio movimento, não ultrapassou os limites mínimos de uma rebeldia resignada.

A própria questão da clandestinidade - abandonada após a redemocratização - retorna ao enfrentarmos uma crise da democracia e o acirramento da luta de classes, principalmente com tamanha facilidade para roubo de dados e invasão de privacidade. A organização política assume uma importância ainda maior quando se torna um dos poucos espaços verdadeiramente democráticos, onde pode haver a construção de direcionamentos políticos e de luta. Assim, ao lado da centralização do partido, deve haver sempre a descentralização de informações e o acesso ao debate político pela totalidade militante, retomando o caráter formativo e de debate apontado por Lenin.

¹² Para ver a crítica sobre a burocratização da URSS, ver principalmente TROTSKY, 2005.

A concepção do partido de Lenin deve assumir, para o movimento político da esquerda, a função de paradigma, a ser pensado e revisto, a todo momento, para sua conformação com a realidade social e a realidade subjetiva dos seus membros, para que estes possam se desenvolver como revolucionários qualificados. Enfrentando na prática essa questão em sua atuação política, Ramos ainda afirma que “na presente época, o socialismo não só é incompatível com o partido único, como requer o pluralismo partidário como garantia especial para depurar-se de sobrevivências burguesas” (Ibidem, p. 236).

3 Estado

Lenin se incluía na tradição marxista de modo que sua análise do Estado e da política era, por fim, uma análise do poder e da luta de classes. Partindo das concepções de Marx e Engels, Lenin apontou para o Estado como uma entidade fragmentada, em contraposição ao Estado como unidade¹³.

É importante ressaltar que Marx e Engels possuíam uma visão complexa do Estado, que vai desde uma perspectiva relacional do Estado como regulador da sociedade e da luta de classes em si, como visto em *A Ideologia Alemã* (MARX, ENGELS, 2009, p. 47), até uma concepção instrumental do Estado como um verdadeiro instrumento de dominação de uma classe sobre as outras, exposta em *O Manifesto do Partido Comunista* (Idem, 2017). Assim, mesclam-se duas questões essenciais para a discussão do Estado: de um lado, a função do Estado como dominação de classe; de outro, a forma como realiza essa função e a aparência que assume nessa relação.

Expandindo essa interpretação, Marx remeteu aos órgãos que constituíam o poder centralizado: o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura (MARX, 2011, p. 54), enquanto Engels, apontava para a historicidade da forma estatal, indicando que o seu desenvolvimento se deu no momento em que a luta de classes alcançou seu ápice, havendo

¹³ Alguns autores defendem que inexistente uma teoria do Estado em Marx e Engels, de forma similar às alegações levantadas no famoso debate Bobbio, na década de 1970. Discordamos dessa opinião. De fato, não há um trabalho sistematizado dos autores sobre o Estado, de modo que não há uma *teoria geral do Estado*, mas este é um elemento constantemente teorizado em seus escritos, a exemplo de *As Lutas de Classe na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, A Guerra Civil na França, Contribuição à Crítica da Economia Política, O Manifesto do Partido Comunista, A Ideologia Alemã e A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, além das diversas passagens em *O Capital*. Para mais acerca desta concepção, cf. CHEROBIN, 2019, que defende que a descaracterização da concepção marxiana e engelsiana do Estado, e sua redução à concepção instrumental, é resultado da própria ambiguidade do modo de produção capitalista, capaz de combinar liberdade e igualdade com dominação e exploração. Ver também BICHER, 2017, sobre o Estado, e PAZELLO, 2021, sobre o direito.

a necessidade de uma estrutura que mantivesse a paz social e evitasse a completa aniquilação das classes em guerra (ENGELS, 2012, p. 213). Lenin, por outro lado, ao analisar a questão do Estado no período que vai de Fevereiro a Outubro de 1917¹⁴ - período entre as duas Revoluções Russas -, vai além e identifica uma separação entre o *aparelho* (ou aparato) *de Estado* e o *poder de Estado*. Este último absolutamente ligado à legitimidade.

A dualidade de poderes identificada por Lenin (LENIN, 2017, p. 177 e ss) é a existência de uma contradição no seio do Estado. Ao surgir o Estado democrático burguês na Rússia, a partir da Revolução de Fevereiro, surgiu ao mesmo tempo um embrião de Estado proletário, que se desenvolvia à medida que as contradições cresciam. Naquele caso, ambos os Estados coexistiam. Os mencheviques haviam se apossado do aparato do Estado, apesar de que só conseguiram tomá-lo com o apoio popular. Esse apoio, que na verdade se constituía na base de legitimação do poder do Estado, tinha a capacidade de se elevar acima do próprio Estado burguês, capacidade potencial, passível de ser colocada em prática pela atuação do partido.

Essa divisão entre o poder do Estado e seu aparato é importante para compreendermos o processo de autonomização que o Estado burguês põe em prática. Esse afastamento das classes, essa independência - que geralmente é aparente - é possível somente através da unidade entre o domínio das duas esferas. Isso abre a possibilidade de analisar o constante ataque que alguns governos têm implementado contra as frações de classe que compõem o aparelho de Estado.

Essa interpretação, contudo, é conjuntural e deve ser analisada caso a caso. A teoria do Estado assume grau de abstração elevado, mas as possibilidades do desenvolvimento de suas contradições podem ser entendidas a partir da teoria da dualidade de poderes. O mesmo se dá com relação à teoria do Estado desenvolvida por Lenin em *O Estado e a Revolução*. Lenin escreve este texto entre agosto e setembro de 1917 e o faz por razões bem específicas: havia chegado o momento de enfrentar o Governo Provisório, colocar ambos os Estados frente a frente e progredir em direção à Revolução Socialista.

Em meados de março, milhares de operários e soldados realizaram manifestações armadas contra o Governo Provisório, que não havia cumprido - e nem poderia - nenhuma das reivindicações das massas: paz, pão e terra. As jornadas de julho, como ficaram conhecidas, ocorreram nos dias 16 e 17 e coincidiram com as derrotas na frente de batalha. A direita, se aproveitando da falta de liderança das massas, culpou os bolcheviques, tentando incriminar

¹⁴ Lenin escreve sobre em Março, mas a situação se mantém até o início da Guerra Civil.

Lenin como agente da Alemanha¹⁵. O Governo Provisório baixou mandados de prisão contra os líderes bolcheviques, entre eles Lenin e Trotsky. Lenin evita a prisão e se refugia na Finlândia, onde escreve *O Estado e a Revolução*.

O propósito de Lenin era claro: destacar a necessidade da tomada do poder pela classe trabalhadora. O livro possuía, assim, um objetivo político destacado pelo autor. Aquele era o momento do embate físico entre as classes e se a direção do partido bolchevique e, principalmente, a direção do soviete de Petrogrado não pautassem a revolução direta, deixariam o momento histórico passar e permitiram o fortalecimento da contrarrevolução¹⁶. Haveria, portanto, uma situação revolucionária que poderia ou não ser aproveitada.

Apesar de Lenin abordar vários elementos do Estado, analisando a partir da obra de Marx e Engels, há um foco essencial em dois elementos. Primeiro, a interpretação da revolução como a tomada do poder e, portanto, da tomada do Estado. O proletariado em armas deveria assumir o aparato do Estado e efetivar formas de mantê-lo. Deveria ser instituída a ditadura do proletariado, em que há a tomada do Estado com o objetivo de concluir a tarefa revolucionária. E este Estado, de tipo novo, teria tempo de vida, devendo ser extinto assim que concluir a instituição do comunismo. O que nos leva ao segundo elemento, o definhamento do Estado.

O definhamento do Estado era mais um alerta que uma determinação objetiva para o momento. Lenin entendia o socialismo como um processo, uma fase de transição, então sequer esperava ver a nova sociedade comunista ser criada. Mas era uma questão central: partindo da experiência da Comuna de Paris, Lenin viu, como Marx, a impossibilidade de manter a máquina estatal burguesa e apenas reformulá-la. Isso faria com que a própria estrutura se estabelecesse com força suficiente para reproduzir as velhas concepções burguesas. O Estado burguês era a ditadura da burguesia sobre as classes exploradas e seus órgãos serviam para o controle social por parte de uma minoria. A ditadura do proletariado deveria ser o poder da maioria sobre a minoria exploradora, com a função de pôr a cabo a socialização dos meios de produção. Assim,

o proletariado necessita do poder de Estado, de uma *organização centralizada* da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para *dirigir a imensa massa da população* [...] na obra da organização da economia socialista (LENIN, 2010, p. 46). (grifos nossos)

¹⁵ Lenin estava no exterior quando eclodiu a Revolução de Fevereiro. Como a Tríplice Entente havia bloqueado a passagem de qualquer exilado para a Rússia, os exilados, vindo principalmente da Suíça, pediram permissão para transpor o território alemão. Quando das Jornadas de Julho, o Governo Provisório divulgou documentos que apontavam essa ligação e expediu ordens de prisão para todos os líderes bolcheviques.

¹⁶ Sobre a relação entre o reformismo e a contrarrevolução, ver principalmente MARINI, 2019.

Percebe-se a semelhança entre a concepção de partido de Lenin e sua concepção de ditadura do proletariado. Há, de fato, uma confusão entre ambas as formas, mas isso é devido, também, à continuidade entre uma e outra. O partido tem uma tarefa revolucionária, da mesma forma que a ditadura do proletariado. O partido revolucionário precisa organizar a massa para a tomada do poder, para a revolução direta, enquanto a *ditadura do proletariado* deve organizar a massa para a segunda revolução, aquela que visa a reforma e posterior destruição do aparato de Estado. O centralismo democrático aqui assume outro caráter, pois justamente requer a expansão da participação das massas¹⁷.

Lenin, no entanto, ao fazer essa aproximação, se utilizando da concepção de Marx, acaba por se descuidar, reduzindo a interpretação do Estado como dominação de classe. José Paulo Netto alerta para o fato de que, para Marx, o “Estado *não* é, sempre e/ou necessariamente, a configuração *direta e imediata* de uma vontade política de classe” (NETTO. In: LENIN, 2015, p. 167). Ou seja, a visão do Estado apresentada por Lenin é unidimensional, limitando-o “às suas características e funções coercitivo-repressivas, com a dominação de classe revestida de notas puramente ditatoriais” (NETTO. In: LENIN, 2015, p. 168). Acaba, assim, por ignorar grande parte da “complexa malha de instâncias por que transita o exercício real da violência de classe” (Ibidem, p. 168).

Então, novamente, nos deparamos com uma análise e uma conceituação que é, em grande parte, conjuntural. Dependia da realidade russa, da estrutura de poder que se afrontava aos revolucionários russos¹⁸, e das necessidades que se impunham naquele momento. A forma como Lenin apresenta o Estado tem, assim, função política e agitativa, função que cumpre, aliás, muito bem. No entanto, ao tomar a concepção leninista de Estado para se compreender a realidade atual do Estado brasileiro, por exemplo, há de se compreender que não são idênticas as condições de funcionamento, as estruturas e as funções de ambos os Estados. Mas além disso, é necessário observar que a visão reducionista de Lenin não tem validade ante um Estado com tamanha dimensão social e política quanto o Estado contemporâneo.

Apesar do constante uso da violência e da força institucional para o controle social, sua tarefa de coesão social e controle das massas exploradas se dá por mecanismos muito mais sutis, seja através da força do direito, de políticas públicas com imposição de comportamentos, ou mesmo pela sua negligência em períodos de crise. A concepção leninista de Estado pode ser

¹⁷ O primeiro projeto nessa direção foi a campanha em massa para acabar com o analfabetismo na Rússia.

¹⁸ Inclusive porque a memória da autocracia czarista, sem qualquer aceção democrática, ainda estava muito viva. De fato, a Rússia não viveu a democracia antes da Revolução de Outubro.

incorporada como paradigma de análise, mas sua utilização se torna novamente condicional, dependendo de constante exercício do revisionismo.

4 Revolução

Guerreiro Ramos, em sua obra *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, realiza um estudo sobre o conceito de revolução e as formas pelas quais pode ocorrer. Identifica três concepções fundamentais da sociologia sobre a revolução: a voluntarista, a histórica e a sincrética. A concepção voluntarista ou iluminista da revolução a considera “criação histórica imune da influência do passado e do presente” (RAMOS, 2016, p. 54), ou seja, deve introduzir a sociedade em uma nova era. Assim, a tarefa revolucionária ou de regeneração social deveria “fundamentar-se na atividade de uma minoria que, por suas qualificações extraordinárias, estivesse apta para exercer um mandato da maioria, a fim de conduzi-la a nova era” (Ibidem, p. 55). Trata-se de concepção que busca negar completamente o passado e o desenvolvimento histórico, acreditando que o novo a ser criado pode ser deduzido pelo esforço intelectual. Essa visão era também reconhecida por seu representante no século XIX, Auguste Blanqui.

A concepção histórica, encarnada por Marx, identifica a revolução como a culminação de um processo real. “A revolução deriva da prática humana, tal como se apresenta no plano da sociedade” (Ibidem, p. 57). Tratava-se, portanto, de elementos objetivos derivados do desenvolvimento das condições sociais da sociedade. Segundo Ramos:

A aspiração de Marx e de seu colaborador Engels foi mostrar que a transformação qualitativa da sociedade não depende unilateralmente da subjetividade, mas obedece a leis, resulta de fatores que operam continuamente na realidade social, contando-se, entre eles, é certo, o elemento subjetivo. (Ibidem, p. 58)

Teriam, então, transformado o socialismo utópico em ciência

Porque admitiram que toda revolução tem seu determinismo, no qual se liquida o dualismo entre o elemento subjetivo e o elemento objetivo, mediante a categoria de prática (práxis). [...] A prática (práxis) é atividade humana, transformadora das coisas, na qual o sujeito e o objeto se relacionam reciprocamente e são termos inseparáveis de um processo uno (Ibidem, p. 58)¹⁹.

A revolução não é, segundo Marx, “um estado que deve ser criado, ideal destinado a orientar a realidade”. É, na verdade, “o movimento efetivo que, *segundo as possibilidades*

¹⁹ Um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento da filosofia da práxis e a forma como esta se apresenta em Lenin pode ser lida em VÁZQUEZ, 2011.

concretas de cada momento, suprime a situação presente” (Ibidem, p. 58, grifos nossos). É nesse sentido que os homens fazem a história, mas sob as circunstâncias que se lhe apresentam objetivamente.

A concepção sincrética, como Guerreiro Ramos adjetiva o leninismo, seria a combinação do blanquismo com o marxismo, o “socialismo de cima para baixo” (Ibidem, p. 58-59). Incorporando a tarefa subjetiva de Blanqui e Tkachev²⁰, acreditava que as massas não “alcançam espontaneamente a consciência totalizante do processo histórico”, compreendendo apenas os seus “aspectos fragmentários” (Ibidem, p. 60). Assim, era necessária a teoria revolucionária para haver o movimento revolucionário, mas essa teoria era entendida como a “visão do papel da classe operária à luz da totalidade, ou seja, da situação histórica em seu conjunto” (Ibidem, p. 60). De modo que:

A simples luta por vantagens e direitos distancia a massa da compreensão de sua missão propriamente revolucionária e, ao contrário, acarreta o fortalecimento da ideologia burguesa. O espontaneísmo é, a seu ver, debilidade do movimento socialista (RAMOS, 2016, p. 60).

Para Lenin, a consciência socialista não deriva automaticamente da luta de classes, mas é introduzida de fora na luta de classes do proletariado ou, no melhor dos sentidos, precisa ser estimulada. Lenin preocupava-se com o desenvolvimento dessa consciência pois uma situação revolucionária poderia existir objetivamente e fracassar por falta do fator subjetivo. Poderia haver o elemento objetivo espontâneo derivado da realidade social e a classe trabalhadora não ter desenvolvido a consciência necessária para aproveitar a oportunidade histórica. Não se pode falar em revolução somente quando esta bate à porta, pois a classe pode não estar apta a abri-la.

É certo, no entanto, que o desempenho revolucionário tem limites, pois “em toda situação revolucionária há um número limitado de possibilidades objetivas”, de modo que o “êxito do desempenho revolucionário requer a capacidade de tomar decisões que não ultrapassem essas possibilidades” (RAMOS, 2016, p. 65). A capacidade de discernir as possibilidades objetivas e os limites da atuação são chamadas, por Guerreiro Ramos, de competência revolucionária. A competência revolucionária implica em uma atitude revolucionária e na existência - e compreensão - de uma situação revolucionária. A existência desses dois elementos deve ser considerada pois, de fato, a existência de uma teoria

²⁰ Considerado o primeiro bolchevique, foi do movimento *narodnik voli* ou *Narodnaia Volia* - Partido da Vontade do Povo (o populismo), junto do irmão de Lenin, Aleksander (preso por conspiração e executado pelo czar). Pyotr Tkachev teria desenvolvido a ideia de vanguarda revolucionária.

revolucionária pouco implica na realização da revolução, muito menos a existência de um modelo revolucionário de qualquer tipo, tenha sido ele vitorioso ou não.²¹

Assim, o “êxito de Lenin, de Fidel Castro e seu grupo se devem menos a uma teoria revolucionária concluída do que à atitude revolucionária que os tornou aptos a tirar partido das circunstâncias particulares que viveram quando decidiram tomar o poder” (Ibidem, p. 82).

Guerreiro Ramos aponta como elementos de uma atitude revolucionária *a*) a indignação moral contra tudo que aparece injusto do ponto de vista do interesse da coletividade, o que remete a uma ética futura “vivida por antecipação”²²; *b*) a “certeza de que os suportes da ordem social vigente se encontram em processo de irremediável deterioração”, observada das tendências reais do movimento social; *c*) o reconhecimento de que a revolução não ocorre sozinha, apesar de deflagrada historicamente, pode estancar sem a ação objetiva; *d*) a não submissão a modelos, pois todo revolucionário é revisionista; e *e*) a conformação realista, jamais sacrificando um avanço possível “por uma exigência supostamente ortodoxa” (Ibidem, p. 84).

Quanto à situação revolucionária, Guerreiro Ramos aponta para cinco elementos que expressam o momento histórico que abre possibilidades para a revolução: 1) a perda pela minoria dominante do controle da situação econômica e política; 2) acentuada consciência coletiva da caducidade do sistema institucional vigente; 3) ineficiência do aparelho governamental no tocante aos negócios ordinários e especialmente à defesa da autoridade e do regime; 4) deserção dos intelectuais; e 5) espontâneos movimentos de massa e organização revolucionária.

Lenin encontrou todos esses elementos dispostos no teatro da luta de classes da Revolução Russa. Em 1917 a crise atingiu todos os setores da Rússia, ressaltados pela fome e pela guerra. A autocracia estava claramente em declínio e os conflitos entre as facções internas, representada pelo assassinato de Rasputin pelo príncipe Yossupov. O processo de autofagia deixou a carne exposta. Os bolcheviques organizaram uma passeata em comemoração pelo Dia Internacional da Mulher que logo se transformou em uma greve geral que envolveu a cidade de Petersburgo. O exército mandado para reprimir a insurreição vacilou. “Os soldados se identificavam no e como povo. [...] A consciência da batalha acirrava a batalha da consciência. As massas disputavam com a autocracia a alma do Exército” (BANDEIRA, 2017, p. 134).

²¹ Seja o modelo russo, o cubano, o chinês, a via prussiana ou a via chilena. Não é possível existir teoria de uma revolução que ainda não aconteceu, somente daquelas que já aconteceram.

²² “A revolução é criação histórica, e assim implica a adesão a um valor ainda não socialmente encarnado. O revolucionário erige uma possibilidade de sua época à categoria de imperativo ético” RAMOS, 2016, p. 83.

Os liberais, aproveitando-se do movimento espontâneo das massas, instituíram o Governo Provisório, encabeçado por Lvov, Milyukov e Kerensky. Ao mesmo tempo, ressurgia o Soviete de Deputados Operários de Petersburgo, ao qual os soldados logo aderiram. Estava posta a dualidade de poderes e abria-se caminho para o movimento: ou iriam em direção à substituição das elites (trocar um senhor por outro), ou em direção à revolução e à ruptura com o antigo mecanismo de poder.

Lenin, assim que soube da vitória da revolução partiu em direção à famosa Estação Finlândia. Havia apreendido a situação revolucionária e indicado aos seus companheiros de partido, através de suas Cartas (de longe) (LENIN, 2017, p. 113) e através de um telegrama escrito às pressas ao Comitê Central, a principal linha de atuação: “plena desconfiança, nenhum apoio ao novo governo, suspeitamos particularmente de Kerensky, armamento do proletariado única segurança, eleições imediatas da Duma de Petrogrado, nenhuma fusão com outros partidos” (BANDEIRA, 2017, p. 139). Ao chegar em Petrogrado, Lenin apresentou às massas que o esperavam as suas *Teses de Abril* (LENIN, 2017, p. 169), escritas durante a viagem.

Nelas, Lenin aponta, para as massas e para o partido, a necessidade de realizar a revolução socialista, de tomar o poder da mão dos liberais e destituir Kerensky. Demonstrava que o poder do Governo Provisório estava nas massas proletárias e camponesas que fizeram a revolução de fevereiro e, portanto, era o momento perfeito para assumir de vez o Estado e avançar em direção ao socialismo. E quando recebeu muita resistência dentro do partido, principalmente de Stálin, Kamenev e Olminski²³, apelou às massas. Escreveu:

“A passagem do poder de uma classe para a outra é a primeira característica principal, essencial, de uma revolução. [...] E a revolução de fevereiro-março transferiu o poder das mãos da nobreza territorial e feudal, representada pelo Czar Nicholas Romanov, para as mãos da burguesia” (BANDEIRA, 2017, p. 142).

Não se podia se apegar a velhas fórmulas, a velhos modelos ou aos princípios do bolchevismo pois assim se sacrificaria a “realidade viva dos fatos” em favor de uma “teoria de gelo” (BANDEIRA, 2017, p. 142). Lenin era, em sua essência, um revisionista, e como tal, não se apegava à teoria como dogmática. A compreensão da existência de uma situação revolucionária, somada à atitude revolucionária que impôs ao partido, permitiram que o movimento revolucionário avançasse e deflagrasse, com grande apoio das massas trabalhadoras, a Revolução Socialista de Outubro. Foi a confluência do requisito objetivo e do

²³ Que se inclinavam pelo apoio condicional ao Governo Provisório e faziam as mesmas requisições, agora a outros senhores.

trabalho para a construção subjetiva, realizado pela vanguarda do partido, que permitiu que a Rússia se tornasse o primeiro país socialista do mundo.

A deturpação que foi o marxismo-leninismo, o marxismo de Stálin, em sua completa estagnação anti-dialética, impedindo o pensamento livre e impondo - por mão de ferro - uma ideologia estanque, era, no fundo, incrivelmente anti-leninista. Lenin jamais se furtou ao debate. Na verdade, o incentivava. Não havia ideia que não poderia ser revista se a realidade a requeresse. No entanto, após sua morte, o partido e sua doutrina, o marxismo-leninismo, censuravam toda e qualquer discordância dizendo: Stálin é o Partido e o Partido é supremo. Tal legado não pode ser confundido com o de Lenin, cuja práxis política indicava um caminho muito mais luminoso que aquele trilhado pela URSS e pelos PCs ao redor do mundo.

5 Considerações finais

Neste trabalho buscamos apresentar a obra Lenin em sua relação com as necessidades práticas da Revolução Russa, apontando como o estadista tratou de questões fundamentais como a organização do partido, a tomada do Estado e a avaliação do processo revolucionário. Verificamos que há, de certo modo, uma continuidade entre a ideia de partido e a forma como o Estado é compreendido por Lenin, bem como vimos que toda teoria formulada cumpria um papel na sua tática revolucionária e refletia problemas concretos da realidade russa. Esse ponto nos indica como o materialismo histórico deve ser interpretado: como um instrumento de análise da realidade.

Acreditando ser possível aprender com as decisões tomadas por Lenin, ressaltamos a necessidade da análise crítica de sua obra e da sua contextualização histórica. Incorporar a obra leninista, em qualquer de seus termos, sem avaliar o que de fato pode funcionar como paradigma e o que foi ultrapassado historicamente põe em xeque a validade da sua concepção, não por parte de Lenin, mas de quem for interpretá-lo.

Para evitarmos concepções reducionistas, ou puramente teóricas, para evitar uma visão engessada da obra elaborada pelos grandes teóricos revolucionários, devemos realizar a sua constante revisão. O debate entre dogmatismo e ortodoxia deve ser transformado em conteúdo histórico e substituído pelo revisionismo amplo, em que suas concepções não sejam avaliadas autonomamente como as mais corretas logicamente, mas em sua capacidade de interpretar e inferir na realidade em mudança.

Essa atitude, de constante enfrentamento e revisão é chamada por Guerreiro Ramos de atitude parentética. É a não submissão à rotinização mental, à alienação, ao embrutecimento e ao apego às velhas concepções. E assim, a atitude parentética, a revisão autêntica e constante por militantes e estudiosos, seja frente ao partido ou organização política, seja frente à teoria e às concepções difundidas, acaba por ser a melhor homenagem ao legado de Lenin.

Bibliografia

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Lenin: Vida e Obra**. 4ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017.
- BICHIR, Maíra Machado. **A Questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. Tese de Doutorado. UNICAMP: Campinas, 2017.
- CHEROBIN, Rafael Caetano. **Estado e Direito no Capitalismo Dependente: da superexploração da força de trabalho à disformidade jurídico-estatal**. Tese de Doutorado. UFSC: Florianópolis, 2019.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- ESTEVAM, Douglas; COSTA, Iná Camargo; VILLA BÔAS, Rafael. (Org.). **Agitprop: cultura e política**. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2015.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Lenin e a Revolução de Outubro**. Textos no calor da hora (1917-1923). Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2017.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2015.
- LENIN, Vladimir Ilitch; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista; Teses de Abril**. Boitempo: São Paulo, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. **O Reformismo e a Contrarrevolução: Estudos sobre o Chile**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2019.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Boitempo: São Paulo, 2011.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito Insurgente**: para uma crítica marxista ao direito. Lumen Iuris: Rio de Janeiro, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**. Editora Insular: Florianópolis, 2016.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. O que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2019.